

Anistia: processo rápido para amigos de Lula

Grupo pediu reajuste este ano e já foi atendido, mas há pedidos de 2001 que ainda não foram julgados

Evandro Éboli

● BRASÍLIA. No início de novembro, a Primeira Câmara da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça aprovou o reajuste da aposentadoria de 32 ex-sindicalistas do ABC e ex-companheiros do movimento sindical do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os amigos do presidente furaram a fila: todos os processos são deste ano. Uma semana antes, o gru-

po se reunira com Lula, em São Paulo e reivindicara a anulação de seus processos.

— Foram beneficiados descaradamente. Eles são os amigos do rei e formam a nobreza de São Bernardo — criticou Luís Cardoso, diretor do Fórum de Ex-Presos e Perseguidos Políticos, cuja comissão está parada na comissão.

Os ex-sindicalistas recebiam aposentadoria de anistiados e agora estão isentos de pagar

Imposto de Renda. Entre eles estão o presidente do Conselho Nacional do Sesi, Jair Meneghelli, o deputado Devanir Ribeiro e o secretário de Relações de Trabalho do governo, Osvaldo Martins Bargas.

Criada em agosto de 2001 para analisar pedidos de indenização de perseguidos políticos, a Comissão de Anistia acumula 25 mil processos para julgar, mas nem sempre respeita a ordem de chegada.

Ex-militante do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB), o metalúrgico Hilton Zimmermann morreu no dia 4, aos 76 anos, em Curitiba, sem ter seu caso julgado. Ele foi torturado, viveu na clandestinidade e ficou dois anos preso. Seu processo era de 2001 e deveria entrar na pauta extraordinária naquele dia 4, o que não ocorreu.

O presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados

do ABC, Manoel Anísio Gomes, que organizou a visita ao presidente, nega que o grupo foi privilegiado.

— Temos uma boa assessoria jurídica, estou sempre em Brasília e batalhamos pelos nossos direitos — disse.

A conselheira da Primeira Câmara, Sueli Bellato, que julga os casos, afirmou que a busca pela indenização se tornou uma briga corporativa:

— Por falta de estrutura, o

Estado comete uma injustiça quando alguém morre sem ter sido anistiado. Como vou dizer que foi sem querer?

A Comissão de Anistia informou que o grupo de São Bernardo foi beneficiado porque é comum julgar casos parecidos em bloco. Sobre a demora na votação de alguns casos, explicou que se esforça para dar preferência para esses processos, mas esbarra em falta de documentos fundamentais. ■